



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAVAÍ  
COLEGIADO SERVIÇO SOCIAL

Laura Gabriela Cardoso Castanheira

**O processo de reconhecimento da filiação socioafetiva no Tribunal de Justiça  
do Paraná – Foro Regional de Nova Esperança a partir da Lei 10.406/2002**

Paranavaí  
2024

Laura Gabriela Cardoso Castanheira

**O processo de reconhecimento da filiação socioafetiva no Tribunal de Justiça do Paraná – Foro Regional de Nova Esperança a partir da Lei 10.406/2002**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Campus de Paranavaí da Universidade Estadual do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Serviço Social

Orientadora: Profa. Dra. Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção

Paranavaí

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cardoso Castanheira, Laura Gabriela

O processo de reconhecimento da filiação socioafetiva no Tribunal de Justiça do Paraná - Foro Regional de Nova Esperança a partir da Lei 10.406/2002 / Laura Gabriela Cardoso Castanheira. --  
Paranavaí-PR, 2024.  
51 f.

Orientador: Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção.  
Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social - Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Família. 2. Filiação Socioafetiva. 3. Multi parentalidades. 4. Reconhecimento da paternidade/ maternidade socioafetiva. 5. Lei 10.406/2002, Art.1.593. I - de Souza Rodrigues Assunção, Teone Maria Rios (orient). II - Título.

Laura Gabriela Cardoso Castanheira

**O processo de reconhecimento da filiação socioafetiva no Tribunal de Justiça do Paraná – Foro Regional de Nova Esperança a partir da Lei 10.406/2002**

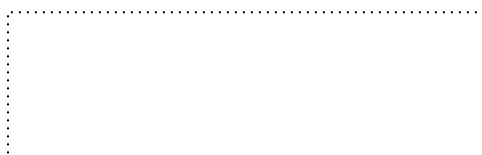
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Paranavaí, de dezembro de 2024.

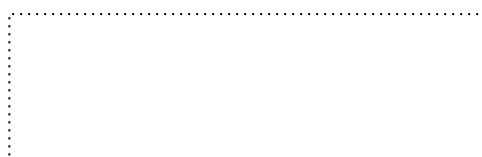


Coordenação do Curso

**Banca examinadora**



Profa. Dra. Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção  
Orientadora



Profa. Dra. Isabela Maria Marassi Rubira  
Universidade Estadual do Paraná- Campus Paranavaí



Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela  
Universidade Estadual do Paraná- Campus Paranavaí

Paranavaí, 2024

Dedico esse trabalho a minha família, em especial aos meus pais, por sempre acreditarem em mim e nunca terem desistido de me apoiar, mesmo quando eu já duvidava de mim mesma. Vocês são meus maiores exemplos de pessoas.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao concluir esta etapa tão importante da minha vida, não poderia de iniciar agradecendo a Deus pela oportunidade de ter vida e me dar forças a cada dia para persistir, agradeço à minha família principalmente aos meus pais Ozeias e Janaina que em todos os momentos estiveram de braços abertos e sempre lutando comigo. Tenho muito orgulho de poder chamar vocês de pais, eu daria a vida por vocês e/ou melhor, eu escolho todos os dias lutar para ter vida e estar com vocês.

Agradeço à Universidade Estadual do Paraná- Campus Paranavaí por ter sido minha casa de aprendizado durante esses cinco anos, uma trajetória iniciada em 2020, que enfrentou desafios, como a pandemia de Covid-19 e um ano de aulas remotas. Mesmo com todas as dificuldades, hoje celebro essa conquista com o coração cheio de gratidão.

Estendo meu agradecimento ao colegiado de Serviço Social, que esteve presente em cada etapa do meu aprendizado, proporcionando o suporte necessário para minha formação.

Minha mais profunda gratidão a orientadora, Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção. Desde o início desta jornada, sua paciência e dedicação foram fundamentais para que este trabalho ganhasse forma. Agradeço não apenas pelos ensinamentos técnicos e acadêmicos, que agregou tanto para o meu conhecimento, mas também pela maneira humana e abrangente com que você contribuiu em cada orientação. Sua confiança em meu potencial foi um incentivo nos momentos em que mais precisava acreditar em mim mesmo. Levarei sempre o impacto que suas orientações tiveram em minha vida, e é com muito carinho e respeito que registro este agradecimento, sabendo que sua dedicação foi um dos pilares que fizeram com que este trabalho fosse possível. Obrigada por ser uma inspiração de profissionalismo, generosidade e empatia.

Sou imensamente grata à supervisora de campo de estágio Aline Amanda Ribeiro que compartilhou todo o seu conhecimento, que não é pouco no decorrer de dois anos, e me mostrou que sim, pode ser uma boa ideia confiar e me dedicar no que realmente eu desejo. Suas palavras de encorajamento, sua disponibilidade e sua forma única de transformar desafios em oportunidades de aprendizado fizeram toda a diferença. Obrigada por ter me ouvido, aconselhado, compartilhado ideias e dedicado o seu tempo. Obrigada por me guiar neste período e me mostrar que o

conhecimento e o apoio andam de mãos dadas. Tenho muita admiração pela profissional que você é.

Agradeço ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná- Foro Regional de Nova Esperança, que me acolheu como estagiária nesses dois anos, e em especial ao Juiz de Direito Sérgio Decker, por cada ensinamento compartilhado, por toda a experiência adquirida e pela compreensão ao me permitir realizar a pesquisa.

Agradeço ao meu parceiro de estágio Rodrigo dos Santos Santana, por todo apoio, companheirismo e dedicação nesses dois anos. Sua ajuda foi essencial, e nossa parceria tornou essa jornada mais leve.

Por fim, agradeço à banca examinadora, composta pelas professoras Isabela Maria Marassi Rubira e Keila Pinna Valensuela, que dedicaram seu tempo e conhecimento à avaliação deste trabalho, e a todas (os) colegas e amigos que me apoiaram ao longo dessa jornada.

A todas (os) vocês, minha eterna gratidão.

O afeto como valor realiza a dignidade e se afirma como um direito fundamental a ser preservado e protegido nas relações familiares, deixando “evidenciar que o princípio norteador do direito das famílias é o princípio da afetividade”, porque dele provém o espírito de solidariedade e cooperação, estes capazes de manter a coesão de qualquer célula social.

(Dias, 2007, p.69)



## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de reconhecimento da filiação socioafetiva no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná- Foro Regional de Nova Esperança a partir da Lei 10.406/2002. É uma pesquisa documental, de metodologia qualitativa e quantitativa, através de levantamento realizado nos processos selecionados dentro do período delimitado a partir de janeiro de 2020 a julho de 2024, com classe processual delimitada a adoção e reconhecimento de paternidade ou maternidade socioafetiva. Foi possível concluir que a filiação socioafetiva é um tema pouco estudado e ainda muito controverso na sociedade brasileira, na medida em que mistura elementos que envolvem afetividade com procedimentos legais previstos em lei que regulamentam o estado de filiação.

**Palavras-chave:** família; multi parentalidades; reconhecimento da paternidade/maternidade socioafetiva.

## **ABSTRACT**

The objective of this research is to analyze the process of recognition of socio- affective parentage in the Court of Justice of the State of Paraná - Regional Court of Nova Esperança based on Law 10,406/2002. This is a documentary research, employing both qualitative and quantitative methodologies, through a survey conducted on selected cases within the period from January 2020 to July 2024, with the procedural class limited to adoption and recognition of socio-affective paternity or maternity. It was concluded that socio-affective parentage is a topic that is little studied and still highly controversial in Brazilian society, as it intertwines elements of affectivity with the legal procedures established by law to regulate the state of parentage.

**Keywords:** family; multi parenthood; recognition of socio affective parenthood/ motherhood.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Processos de adoção .....	40
Tabela 2 – Processos de adoção negados.....	43
Tabela 3 – Processos de reconhecimento paternidade socioafetiva .....	44

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEP	Comitê de Ética em pesquisa
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNN	Cable News Network
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MPPR	Ministério Público do Estado do Paraná
PIA	Plano Individual de Atendimento
PROJUDI	Processo Judicial Digital
SAIJ	Serviço Auxiliar da Infância e Juventude
SNAA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de conclusão de curso
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DA FAMÍLIA E SUAS REINVENÇÕES DAS PARENTALIDADES .....</b>	<b>21</b>
2.1	NOTAS INTRODUTÓRIAS ACERCA DA GÊNESE DA FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO HISTÓRICO .....	21
2.2	AS MÚLTIPLAS FORMAS DE PARENTALIDADES .....	27
<b>3</b>	<b>A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA: A PERSPECTIVA DA LEI 10.406/2002</b>	<b>34</b>
3.1	DA ADOÇÃO AOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE/MATERNIDADE.....	34
3.2	RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA: ANÁLISE DA REALIDADE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ- FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA .....	39
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
	<b>ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS (CEP)</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso –TCC tem como tema central o processo de reconhecimento<sup>1</sup> da filiação socioafetiva no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em específico no Foro Regional de Nova Esperança. A filiação socioafetiva é um tema ainda pouco aprofundado, permeado de estigmas e preconceitos ao longo da história que diz respeito ao direito de família e ao direito da criança e do adolescente. Para o aprofundamento do tema, foi necessária uma pesquisa no histórico da legislação brasileira, perpassando por transformações ocorridas no âmbito da família que impactaram nas modificações do estado de filiação.

No Brasil, até a promulgação da Constituição Federal em 1988, o formato de família era o modelo tradicional clássico, ou seja, aquelas constituídas por pai, mãe e filhos biológicos. Nesse modelo de família, filhos havidos fora dos casamentos não eram considerados legítimos, ou seja, eram tratados de forma marginalizada e não possuíam direitos. Com os avanços na sociedade e até mesmo na elaboração e aprovação de novas leis, as alterações ocorridas no mundo do trabalho e as modificações nas formas de sociabilidade, as famílias também foram tomando novas configurações que se distanciaram desse modelo padrão de família nuclear. Além disso, a inserção da mulher no mercado de trabalho e o acesso à pílula anticoncepcional também foram fatores determinantes para tais modificações.

Esses modelos de relações familiares se ampliaram. O termo família e o seu conceito, que era, até então, considerado taxativo e preconceituoso, passaram a ser plural e amplo. Tanto que, no decorrer dos anos, ocorreram avanços no direito de família, entre eles a possibilidade de a família ser reconhecida e considerada a partir dos laços afetivos declarados, não sendo apenas reconhecida por laços consanguíneos. Esta Constituição buscou romper preconceitos e trouxe outra visão sobre a concepção de família, mostrou à sociedade que família vai além de laços consanguíneos e que afeto é mais importante nas bases familiares, além de supostamente trazer a igualdade entre homem e mulher e de considerar as famílias monoparentais como legítimas.

---

<sup>1</sup> A inserção da palavra “reconhecimento” que altera o título previsto no projeto de pesquisa se deu a partir da reflexão de que o processo citado tem como intenção reconhecer uma filiação que não se constitui por meio de vias biológicas, sendo um processo de reconhecimento da afetividade.

A existência de diversas configurações de família é um tema contemporâneo que tem maior relevância no contexto atual devido ao reconhecimento das diversas formas de parentalidades. Entre elas, a filiação socioafetiva reconhecida a partir do Código Civil na lei 10.406/2002 em seu artigo 1.593, que diz “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”. Na medida em que coloca “outra origem”, reconhece em lei que há possibilidade de parentesco de outras formas, não sendo apenas de relação biológica.

A filiação socioafetiva é um direito que busca reconhecer o vínculo familiar através do afeto, e coloca a possibilidade desse afeto ser reconhecido legalmente através da inclusão de mais de um pai ou mãe no registro de nascimento, assim como a inserção dos respectivos avós (Ministério Público do Paraná, 2022). Este trabalho fará uma análise das formas e possibilidades nas quais essa filiação socioafetiva pode ser reconhecida na justiça.

Para alcançar este direito de se reconhecer uma paternidade ou maternidade socioafetiva, é necessário procurar um cartório, ou iniciar um processo judicial no qual seja comprovado perante autoridade judicial o vínculo declarado de afetividade entre as partes. No decorrer do processo, é realizada uma análise e estudos através das equipes multiprofissionais com elaboração de laudos a fim de indicar a relação afetiva contínua e duradoura ou a negativa, bem como a inexistência de vínculo com o familiar biológico.

A afetividade como reconhecimento legal deve ser distinguida da relação estável entre enteados, madrastas/ padrastos (Ministério Público, 2022). A palavra afeto não está no texto constitucional, mas é juridicamente reconhecida, sendo então considerado ponto fundamental para configurar uma família independente de vínculo consanguíneo (Silva, 2020). Ou seja, precisa existir uma relação de pai, mãe e filhos, não podendo ser confundida com o afeto que se tem a outros familiares ou pessoas do convívio.

Neste sentido, partiu-se da hipótese de que o desconhecimento da legalização do reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva ainda é recorrente no Brasil, apesar do amparo legal. Nota-se que muitas pessoas ainda vivem na prática uma relação de paternidade ou maternidade socioafetiva, mas não buscam regularizar isso perante a justiça. Nos próprios casos atendidos no Tribunal de Justiça, mesmo aqueles que não versavam sobre o assunto filiação socioafetiva,

era possível perceber que ela ocorre em diversas famílias, mesmo que não seja reconhecida legalmente.

Com isso, chegou-se ao tema central deste TCC, que é o processo de reconhecimento da filiação socioafetiva no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – Foro Regional de Nova Esperança a partir da Lei 10.406/2002, local onde foi campo de estágio da pesquisadora nos anos de 2023 e 2024. O trabalho como estagiária nesse campo possibilitou observar, participar e identificar diversas situações de configurações familiares que traziam em sua história algum fato relacionado a filiação não biológica. A aproximação com a temática da adoção, que também é um tipo de filiação socioafetiva, foi imprescindível para a conclusão dessa pesquisa.

Estabelecemos como objetivo geral, analisar o processo de reconhecimento da filiação socioafetiva no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná- Foro Regional de Nova Esperança a partir da Lei 10.406/2002 e delimitaram-se como objetivos específicos compreender a gênese da família e suas transformações no processo histórico até o período contemporâneo; além disso, identificar as múltiplas parentalidades nos processos estudados do período de 2020 a 2024 e estudar o processo sócio jurídico de reconhecimento da filiação socioafetiva a partir da lei 10.406/2002. A ideia era apresentar como de fato se dá o processo de reconhecimento dessa filiação por meio da maternidade ou paternidade socioafetiva.

A justificativa para esta pesquisa deve-se ao fato de que a pesquisadora ingressou como estagiária supervisionada no Serviço Auxiliar da Infância e Juventude (SAIJ) do Foro Regional de Nova Esperança, no início do ano de 2023, e desde então tem acompanhado processos relacionados ao seu objeto de estudo, cuja demanda é realizar entrevista social com as famílias que buscam legalizar a afetividade, resultando na produção de um laudo social que irá subsidiar uma decisão do juiz sobre determinada demanda. Além disso, o acompanhamento do processo de habilitação de pretendentes e crianças para adoção, outra modalidade de filiação socioafetiva.

Desde então, este tema da filiação socioafetiva se tornou instigante à pesquisadora que, já no decorrer do terceiro ano do curso de graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranavaí, iniciou a elaboração do projeto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso, o qual, após iniciado o processo de orientação do TCC, foi submetido no início do ano de



2024 ao Comitê de Ética em Pesquisas envolvendo seres humanos-CEP. Além disso, a pesquisadora tem proximidade com a temática por meio de relações com vivência particular que demonstram a importância dos laços afetivos no âmbito familiar.

A pesquisa ocorreu por meio de levantamento documental nos processos selecionados dentro do período delimitado a partir de janeiro de 2020 a julho de 2024, realizado nas varas de famílias e infância e juventude do Foro Regional de Nova Esperança, com classe processual delimitada a adoção e reconhecimento de paternidade ou maternidade socioafetiva.

Para compreendermos como se deu a realização da pesquisa, falaremos brevemente sobre o local da pesquisa. Destaca-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – Foro Regional de Nova Esperança – Comarca de Maringá está localizado na Rua: Marins Alves Camargo, 1587 – Centro, 87600-000. O objetivo desta instituição é garantir os direitos individuais, coletivos e sociais para resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. O Tribunal de Justiça é parte integrante do sistema de justiça e cabe ao juiz de direito julgar e decidir sobre os conflitos que chegam até ele. Esse sistema também é composto pelo Ministério Público e Defensoria Pública, apenas a título de conhecimento, pois este trabalho não debruçará sobre essa configuração do sistema.

O poder judiciário tem autonomia administrativa e financeira garantida pela Constituição Federal. Dentre os setores desta instituição tem-se o Serviço Auxiliar da Infância e Juventude (SAIJ), hoje conhecido como equipes multidisciplinares do poder judiciário, que atua na emissão de opinião técnica ao magistrado para subsidiar as suas decisões. Os operadores do direito demandam os estudos técnicos para poderem se aproximar melhor da realidade vivenciada pela população, para que as decisões sejam mais assertivas com relação à aplicação das leis.

Neste momento, está composto por uma assistente social, uma estagiária e um estagiário do curso de Serviço Social da UNESPAR- Campus de Paranavaí, cujo objetivo é atender processos nos quais entre as partes estejam crianças ou adolescentes. A equipe era composta também por uma psicóloga que, por motivos particulares, pediu o desligamento da instituição. Tal fato evidencia a precariedade do serviço, que deveria estar composto por equipe multidisciplinar, mas está funcionando unicamente pela ótica do assistente social. Quando se torna necessária

a emissão de opinião técnica por um profissional da psicologia, estes são nomeados de forma terceirizada para suprir um serviço que deveria ser totalmente estatal.

Os processos atendidos pelo SAIJ podem ser advindos de todas as varas judiciais, como: criminal e anexos, família e sucessões, infância e juventude e cível. Os processos atendidos por este setor costumam ser de guarda (destituição do poder familiar, transferência de guarda, regulamentação de convivência familiar e alimentos), violência (física, psicológica ou sexual), adoção e reconhecimento de paternidade/maternidade socioafetiva, ato infracional (atendendo a vítima, ou o autor do ato infracional e auxiliando na medida socioeducativa), auxilia na elaboração do plano individual de atendimento (PIA) de crianças e adolescentes que estão no serviço de acolhimento institucional e articula com diversos equipamentos da rede de proteção da cidade e dos municípios que fazem parte da comarca sendo além de Nova Esperança os municípios de Atalaia, Uniflor, Florai e Presidente Castelo Branco.

Anterior ao levantamento documental, que se caracterizou em pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa<sup>2</sup>, foi realizado levantamento bibliográfico em teses e dissertações relacionadas à temática, livros, legislações e sites para maior aprofundamento sobre o objeto da pesquisa.

Foram analisados 100% dos processos de período delimitado a partir de abordagem crítica, fundamentada no materialismo histórico dialético.

---

<sup>2</sup> O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. (Minayo, 2001)

## 2. FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DA FAMÍLIA E AS REINVENÇÕES DAS PARENTALIDADES

Neste capítulo, objetiva-se apresentar considerações acerca da formação sócio histórica da família, neste sentido, uma breve construção da análise da sua gênese passando pela sua organização na sociedade capitalista, considerando que a formação da humanidade não é determinada biologicamente, mas sim, a partir das relações sociais que se desenvolveram historicamente e se apresentam determinantes no momento contemporâneo.

### 2.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS ACERCA DA GÊNESE DA FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO HISTÓRICO

Para que se possa entender sobre a formação da família, é necessário investigar a sua gênese para compreender as transformações ocorridas no processo histórico. Neste sentido, inicialmente, recorreu-se à obra de Friedrich Engels (2016). Ao analisar as pesquisas de Morgan, antropólogo norte-americano, sobre a origem da família, explica que na origem da sociedade, ainda no Estado selvagem, a mulher era livre, o direito era o materno, o qual se justificava dentro da sociedade pelo fato dos homens viverem em relações promiscuas sexualmente, sendo quase que impossível estabelecer uma paternidade efetiva. Sendo assim, eles se guiavam pela linhagem materna, pois era por elas a única certeza de filiação.

Ele observou como as pessoas se organizavam em seu modo de vida e como foi se estruturando a organização familiar nesse momento histórico. Sabendo que, com o decorrer do tempo, as famílias se modificaram e sofreram alterações, conforme sinaliza Morgan.

**A família é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui** de um grau mais baixo para outro mais elevado. (Morgan, 2016, p. 36-37, grifos nossos)

Cabe destacar que cada família possui suas particularidades e seus modos de funcionamento e são modificadas enquanto se altera o modo de produção, as formas da sociabilidade, conforme expressa Morgan.

A superioridade e o domínio do homem sobre a natureza, por causa de sua habilidade de produzir aquilo que precisa para viver: o homem é, de todos os seres, o único que obteve controle quase absoluto da produção de

alimentos. Todo o progresso da humanidade coincide, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de existência. (Morgan, 2016, p.27)

De acordo com Engels (2016), há três estágios de desenvolvimento fundamentais para a humanidade, os quais são denominados o estado selvagem, a barbárie e a civilização. Entre esses estágios se inclui o surgimento de organizações familiares, como nos deteremos a seguir.

A família consanguínea é considerada a primeira etapa conhecida por família, pode ser chamada também de família unilinear, ocorreu no período do estado selvagem. Esta forma de organização familiar é composta por homens e mulheres que, até o quarto grau de parentesco, são considerados maridos e esposas um dos outros, ou seja, estão excluídas de direitos e deveres matrimoniais, a base principal deste modelo são os laços sanguíneos seguindo uma linhagem materna, sendo assim, todos os membros desta sociedade possuem parentesco consanguíneo entre si.

Outro tipo de família própria do estado selvagem é a família punalua, que exclui as relações sexuais entre pais e filhos e entre irmãos, isto evita os círculos fechados de entes consanguíneos. Ou seja, podem ocorrer relações matrimoniais entre entes de uma família diferente da sua própria.

Já a família sindiásmica está no estágio de barbárie. Neste modelo, há fundamentais revoluções humanas como a propriedade privada, o patriarcado e a exploração do homem pelo homem. Para Engels, a família sindiásmica se caracteriza pela união conjugal entre homem e mulher, sendo a partir desta configuração o surgimento do patriarcado, a propriedade privada e a exploração do homem pelo homem. Esse tipo de família possuía algumas características específicas, como, por exemplo, o direito à poligamia era concebido apenas ao homem, os vínculos eram frágeis e as relações se desfaziam, ficando comumente os filhos sob a responsabilidade apenas das mulheres. Porém, quem possuía o direito de romper com as relações eram sempre os homens. Inclusive, não havia direitos sucessórios, ou seja, aquilo que o homem adquiria permanecia com ele. A mulher deixa de ser figura central nesse início do patriarcado. A família pré-moderna era envolvida na configuração patriarcal<sup>3</sup> entre o século XVI e XVIII. Neste modelo de família, é

---

<sup>3</sup> A manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão dessa dominação sobre as mulheres na sociedade como um todo (Lerner, 1986, p.239)

possível considerar que os laços de afeto não eram importantes, pois o principal objeto era a manutenção dos patrimônios, culminando no que se chama de sociedade capitalista, conforme aponta Engels.

Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. (Engels, 2016, p. 78)

Neste período, a igreja tinha grande influência no papel do Estado, principalmente na organização dos casamentos “arranjados” <sup>4</sup>que visavam sempre o interesse monetário. A família patriarcal é uma espécie de estrutura social econômica, este modelo traz a ideia de família chefiada pela figura masculina para proporcionar aos filhos e à esposa cuidados e prestar segurança.

O desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. (Engels, 2016, p. 69)

Cabe, nesse caso, à figura masculina exercer seu poder de patriarca, inclusive nos fatores econômico, religioso e político. É este modelo de família que aparece em comerciais, sendo chamada de “família margarina”, como uma ideia de família perfeita formada por pai, mãe e filhos biológicos. Além disso, esse modelo familiar reforça a dominação do homem sobre a mulher e consequentemente na relação com os filhos.

Importante destacar este modelo de família, pois é a partir daí que surgem os embates das lutas de sexo e o empoderamento do sexo masculino em toda a sociedade em diversos setores. Esta ideia de poder masculino dentro da família desencadeou diversas manifestações de violência intrafamiliares, levando em consideração a visão atual a partir da constituição, são inúmeras ações caracterizadas como violência que ocorrem tanto no ambiente doméstico quanto no trabalho.

Dessa forma, a riqueza, à medida que ia aumentando, dava, **por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro, fazia com que nascesse nele a ideia de valer-se dessa vantagem para modificar, em proveito dos seus filhos, a ordem da herança estabelecida.** (Engels, 2016, p.67, grifos nossos)

---

<sup>4</sup> Ademais, nesta época a Igreja possuía forte influência sobre o Estado e suas regras, persuadindo-o, e o casamento era “arranjado” entre os pais dos noivos, baseando-se exclusivamente em quesitos monetários/ patrimoniais. (Mikoski, 2020, p. 30)

Historicamente, ao se verificar a origem histórica da família, nota-se que acompanha o processo histórico da sociedade capitalista e foram organizadas conforme a região de origem e o modo como às organizações familiares recolhiam recursos da natureza. Neste sentido, a família monogâmica, por exemplo, surge na sociedade primitiva, originária dos clãs, que eram aquelas organizações familiares em torno de um ancestral comum. Os clãs, para se precaver do crescimento territorial e populacional, deram origem às tribos e o casamento era conjunto, ou seja, grandes festas com diversos casamentos ao mesmo tempo, o que fez surgir problemas como o incesto, uma vez que as relações sexuais entre parentes de grau muito próximos eram uma prática comum entre homens e mulheres dentro desta sociedade.

Consequentemente, os filhos desse tipo de união nasciam geralmente com problemas genéticos, o que fez com que as famílias buscassem outra forma de organização para evitar estes acontecimentos. Surge então a família consanguínea, porém, da mesma forma, geravam filhos de relações incestuosas da união com colaterais e continuaram os problemas genéticos.

Entretanto, a partir desses problemas, surge outra forma de organização do casamento em grupo que antecedeu a época pré-monogâmica e posteriormente deu origem à organização da família monogâmica. Nessa época, ganhavam espaço discussões sobre os direitos sucessórios à herança, e iniciaram os questionamentos quanto à paternidade, enquanto a certeza era apenas da maternidade, a paternidade era questionável, uma vez que o homem se relacionava com outras mulheres, não podendo ser comprovada, pois não havia teste de DNA.

As famílias monogâmicas são o modelo mais comum na sociedade contemporânea, criada a partir da necessidade socioeconômica, que colocou a relação direta entre a criação de vários exemplos de família e trabalho. Isto é, consiste em uma relação de produção e de reprodução das relações sociais estabelecidas pela classe dominante.

Na família patriarcal, a monogamia é o que impera, mas afinal, o que é um casamento monogâmico? Trata-se de um modelo de casamento no qual há uma relação conjugal composta por duas pessoas independentes de sua sexualidade. A monogamia se origina por condições econômicas e atreladas ao estado de civilização, sendo considerados os casamentos como mera conveniência. É com a

monogamia que surge uma escravização do sexo feminino pelo sexo masculino, como se pode observar.

A monogamia não aparece na história, portanto, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como a proclamação de um conflito entre sexos. (Engels, 2016, p. 79)

Para os gregos, a monogamia servia apenas para mulheres, entre os homens não se aplicava, pois para eles eram concedidas as concubinas e, quando começaram a se negar a ter concubinas, surgiu o adultério e a prostituição. Filhos advindos dessas relações eram considerados homens livres, pois sendo filhos fora dos casamentos, não podiam ter os mesmos direitos que os gerados através do casamento. Percebe-se a pouca preocupação com os direitos desses filhos ainda nesse período histórico.

Neste início em que se insere a monogamia para as mulheres na sociedade, as mulheres, ou eram prostitutas, ou eram “propriedade” dos homens como esposa. A liberdade sexual feminina era algo inaceitável nessa sociedade, nem a liberdade de escolha sobre outros fatores como trabalho e a quantidade de filhos.

A existência da escravidão junto à monogamia, a presença de jovens e belas cativas que pertencem, de corpo e alma, ao homem, é o que imprime, desde a origem, um caráter específico à monogamia – que é monogamia só para a mulher, e não para o homem. E na atualidade, conserva-se esse caráter. (Engels, 2016, p. 76)

Vê-se que essas transformações ocorrem ao longo do processo histórico, inclusive no Brasil, que na segunda década do século XX, com o Código Civil de 1916, houve a legalização e a ampliação perante a lei das famílias patriarcais, colocando em seus capítulos, os direitos e deveres do homem e da mulher em seus papéis matrimoniais. Importante observar que o que compete ao homem é basicamente ser líder legal de sua família, conforme disposto no capítulo II, artigo 233 do Código Civil de 1916:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

- I. A representação legal da família;
  - II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I e 311)
  - III. Direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts, 36 e 233, nº IV)
  - IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e sua residência fora do teto conjugal (arts, 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II e 247, nº III)
  - V. Prover a manutenção da família, guardada a disposição do art. 277
- (BRASIL, 1916, online)

Estes artigos demonstram que a mulher tinha papel de obedecer e ser submissa aos homens, bem como de cuidar da casa e filhos, não podia expressar opinião e desejos, além de não se envolver no ambiente de trabalho, sequer opinava em questões políticas. Isto descreve a família patriarcal e é observável nos artigos seguintes que fica evidente a necessidade de se colocar na legislação impedimentos para a mulher exercer na sociedade sua autonomia, uma vez que era tida como posse do seu marido, servindo como lembrete para estarem cientes de que o chefe da família eram seus maridos até perante a lei, conforme está disposto no artigo 242 do Código Civil de 1916:

- Art.242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art.251):
- I. Praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235)
  - II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domicílio particular, qualquer que seja o regime de bens (arts. 263, nº II, III, VIII, 269, 275 e 310)
  - III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outra
  - IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado
  - V. Aceitar tutela, curatela ou outro múnus publico
  - VI. Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251
  - VII. Exercer profissão 9art. 233, nºIV)
  - VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.
- (BRASIL, 1916, online)

Diante do que estava evidente na legislação, é possível notar que restava à mulher a submissão e as relações estabelecidas, demonstra que essas configurações de famílias foram modificadas, o fator econômico foi o principal que motivou todas essas transformações nas famílias. Nessa relação de subalternidade ainda estavam os filhos, crianças, adolescentes que não eram vistos por essas legislações e tampouco se levava em consideração a importância da afetividade.

O Código Civil de 1916 amparou a manutenção do patriarcado e demonstrou o modo como a sociedade visava às composições familiares. As formas de se relacionar, inclusive os papéis de filho no âmbito familiar, vão se alterando no decorrer dos anos.

Isto abriu possibilidades para as legislações posteriores adequarem-se à nova realidade das múltiplas formas de parentalidades, as quais serão tratadas no item seguinte. As mudanças ocorridas na sociedade fizeram com que as configurações familiares também se modificassem. Consequentemente, a legislação precisou avançar no sentido de abarcar o direito dessas pessoas de se reconhecerem também como família.



Foi necessário um olhar dos legisladores e do judiciário para essas novas famílias que se formavam. Apesar de o patriarcado ainda não ter sido superado, a justiça precisou olhar para a temática dos direitos das mulheres e dos filhos com mais sensibilidade. A carga negativa de uma separação, de uma disputa de guarda, geralmente recai sobre a mulher, evidenciando ainda mais a necessidade dessa perspectiva de gênero nos julgamentos de situações que envolvem direito de família ou de crianças e adolescentes.

## 2.2 AS MÚLTIPLAS FORMAS DE PARENTALIDADES

Ainda no século XX, a sociedade demonstra estar se desenvolvendo e evoluindo. O mesmo acontece com os modelos de família, que começam a ter modificações no que se refere a sentimentos e até mesmo na escolha de seus parceiros. Muitas das configurações de famílias contemporâneas não se encaixam mais nos padrões estabelecidos anteriormente, portanto vê-se a necessidade de serem consideradas importantes e respeitadas.

As famílias se modificaram ao longo do desenvolvimento da sociedade e seu percurso está diretamente ligado ao desenvolvimento econômico e político societário. De famílias que eram chefiadas por homens, seres únicos e mandatários, fortemente marcado pelo patriarcado, em relações que visavam exclusivamente a manutenção do patrimônio, temos hoje grupos familiares baseados no laço afetivo e na escolha de seus caminhos. De casamentos arranjados ao protagonismo da mulher sobre a sua história, sua vida e seu corpo. (Mikoski, 2020, p. 37)

Estas novas famílias, chamadas de família contemporânea ou pós-moderna, têm como ponto principal os vínculos de amor e prazer. Ela perdura enquanto estes vínculos existirem e quando acabam, deixam de ser famílias e ocorrem os divórcios, que mostram que os casamentos não são indissolúveis. O ponto que demarca este momento é a Lei n. 6.515, de 1977, que traz referências sobre a separação conjugal, conforme expressa em seu primeiro capítulo,

### CAPÍTULO I DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL

Art 2º - A Sociedade Conjugal termina:

- I - pela morte de um dos cônjuges;
- II - pela nulidade ou anulação do casamento;
- III - pela separação judicial;
- IV - pelo divórcio.

Parágrafo único - O casamento válido somente se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio.

(BRASIL, 1977, online)

Com a ocorrência dos divórcios, surgem como composições familiares as famílias recompostas ou reconstituídas. As famílias reconstituídas são o conjunto familiar composto por pais divorciados e filhos advindos do relacionamento anterior, e que pode ter filhos do atual relacionamento, este núcleo familiar é composto não apenas por vínculos biológicos, mas por vínculos afetivos. No Brasil, o reconhecimento da filiação socioafetiva perdurou até o advento da Constituição de 1988. Apesar da possibilidade de legalização desses vínculos familiares, supõe-se que o desconhecimento ainda seja fator que contribua para a busca deste reconhecimento legal da parentalidade, hipótese levantada para a construção deste trabalho.

O reconhecimento das relações de afeto é importante neste modelo de família, tendo em vista que a partir deles é possível a legalização dos vínculos familiares que poderão contribuir para o relacionamento melhor entre padrasto/madrasta e seus enteados.

Além disso, cabe destacar que, antes mesmo da Constituição de 1988, os filhos que advinham de relações extras conjugais eram considerados “filhos ilegítimos” ou bastardos, portanto eram tratados de forma diferenciada dos filhos legítimos tanto juridicamente quanto socialmente. Estes filhos ilegítimos não tinham direito de usar o sobrenome paterno, a pensão, a herança. Os registros eram feitos em livros separados e o reconhecimento da paternidade, se necessário, exigia processo formal sem evidência de sucesso. Fato que mudou com o Código Civil de 2002 em seu artigo 1.609, que estabelece,

Art. 1.609. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

I - no registro do nascimento;

II - por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;

III - por testamento, ainda que incidentalmente manifestado;

IV - por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.

Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes.

(BRASIL, 2002, online)

Porém, antes, mesmo da promulgação da Constituição, com os filhos ilegítimos, foi se constituindo uma quantidade significativa de crianças rejeitadas, que posteriormente Irene Rizzini e Francisco Pilotti em sua obra “A arte de governar crianças” chamaram de “enjeitados”.

Naquele contexto histórico, para enfrentar esta problemática, a Roda dos expostos <sup>5</sup>foi uma tentativa de reduzir casos de infanticídio e abandono em locais públicos. Tratava-se de bebês cuja família se encontrava em pobreza extrema ou por mães solas que não tinham condições para permanecer com a criança, por se tratar de filhos de relações casuais e extras conjugais, situações as quais não eram bem vistas pela sociedade, conforme abordam os autores.

Segundo a moral cristã dominante, os filhos nascidos fora do casamento não eram aceitos e, com frequência, estavam fadados ao abandono. A pobreza também levava ao abandono de crianças, que eram deixadas em locais públicos, como nos átrios das igrejas e nas portas das casas. Muitas eram devoradas por animais. (Rizzini, Pilotti, 2009, p.19)

Considerando um avanço para a época, as formas de entregas voluntárias de crianças recém-nascidas que anteriormente eram deixadas para adoções através das rodas dos expostos foram por muito tempo um sistema que, aos olhos da sociedade portuguesa na época, se configurou como forma de enfrentamento a esta problemática, tanto que no Brasil a primeira roda de expostos foi localizada na Bahia e se fundou por meio de recursos adquiridos de doações dos “nobres” com autorização do Rei e consentido pelos diretores das chamadas Santas Casas, local onde se estabeleciam as rodas dos expostos.

**A primeira Roda foi criada na Bahia, em 1726, com recursos provenientes de doações de alguns nobres, por autorização do Rei e consentimento dos dirigentes da Santa Casa.** No ano de 1738, foi criada a Roda do Rio de Janeiro e, em seguida, em diversas outras localidades. (Rizzini, Pilotti, 2006, p.19, grifos nossos)

A Roda dos expostos, que tinha um cilindro dentro de um túnel, ficava localizada em hospitais, conventos ou entidades de caridade, cumpria o papel de esconder da sociedade a criança enjeitada que recebia cuidados necessários e aguardava alguma família que a adotasse.

Importante salientar que todo esse processo era realizado sem nenhum tipo de intervenção de legislação ou do próprio estado. Ficava a critério dos responsáveis por essas instituições definirem o destino dessas crianças. Alguns eram colocados em famílias e outros permaneciam nas instituições e acabavam

---

<sup>5</sup> Foi assim que a Santa Casa de Misericórdia implantou o sistema da Roda no Brasil, um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa. O objetivo era esconder a origem da criança e preservar a honra das famílias. Tais crianças eram denominadas de enjeitadas ou expostas. (Rizzini, Pilotti, 2009, p.19)

trabalhando de forma muitas vezes forçada. A grande maioria jamais voltava a ver os familiares biológicos ou sequer eram informados sobre a sua origem, ou história.

As crianças enjeitadas nas Rodas eram alimentadas por amas-de-leite alugadas e também entregues a famílias, mediante pequenas pensões. Em geral, a assistência prestada pela Casa dos Expostos perdurava em torno de sete anos. A partir daí, a criança ficava, como qualquer outro órfão, à mercê da determinação do Juiz, que decidia sobre seu destino de acordo com os interesses de quem o quisesse manter. Era comum que fossem utilizadas para o trabalho desde pequenas (Rizzini, Pilotti, 2002, p.19).

Com o tempo, a Roda dos expostos foi sendo substituída por outras políticas de proteção à infância como medida de proteção e assistência social. Além disso, os estatutos e constituições visavam outras formas de enfrentamento dessas expressões. Contudo, o desenvolvimento da sociedade capitalista abriu possibilidades de avanço e começou a desenvolver outros sistemas, que passaram a ser considerados mais eficazes e mais protetivos para crianças em situação de vulnerabilidade.

Neste sentido, a Roda dos expostos representa um capítulo importante das políticas de assistência social e na política de atendimento à criança e adolescente. A existência de uma modalidade de entrega de crianças como essa leva-nos à reflexão acerca das várias tentativas da sociedade para lidar com o abandono infantil em contextos históricos específicos à medida que o modo de produção capitalista se modifica e gera alterações no âmbito econômico, político e social e atinge a família. Por sinal, uma tentativa que pouco se importava com os direitos das crianças e dos adolescentes e menos ainda com a questão da convivência familiar e comunitária.

Neste aspecto também, a Constituição federal de 1988 foi um marco importante no que diz respeito às famílias e também com ênfase sobre as mulheres, como se pode observar no seu artigo 5º,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988, online)

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a mulher ganha poder e obtém direitos antes negados pela sociedade, além de ganhar notoriedade no ambiente familiar, o

que reforça a igualdade entre homens e mulheres, inclusive no ambiente de trabalho.

Estas mudanças colocaram em evidência e reforçaram alguns modelos de famílias, antes invisíveis. A partir dessas legislações, a mulher passou a ter visibilidade em seu papel central de provedor da família. Gradualmente tiveram seus direitos garantidos, entretanto, sabe-se que muitas delas ainda convivem com o machismo e o patriarcalismo. Este tema não será aprofundado aqui por não ser foco deste trabalho. Neste sentido, para maior aprofundamento desta temática, sugere-se consultar a obra *Gênero, Patriarcado e Violência* da autora Heleieth Saffioti.

Dentre as novas configurações, uma expressão que surge na França é a de Família monoparental, usada para descrever as famílias compostas por uma mulher e seus filhos, no Brasil conhecida como famílias de mãe solo, conforme a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 226, incisos 4º,

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.  
(Brasil, 1988, online)

São muitos os modelos de família contemporâneas, e as parentalidades<sup>6</sup> vão se diversificando com o crescimento de novas estruturas e reconstituições familiares. Inclusive, existem famílias que optam por se manter sem filhos, o que também é alvo de críticas dos setores mais conservadores.

Importante ainda destacar a respeito da inserção da mulher no mercado de trabalho, considerando que, para além de ser uma conquista, há que se analisar também que este fato altera significativamente o ambiente familiar. Fato é que a mulher passou a contribuir na economia nacional além do impacto na própria família, tanto no âmbito econômico quanto social, sem desconsiderar a sobrecarga mental sofrida pela grande maioria das mulheres que passou a enfrentar, às vezes, mais de três turnos de trabalho. Sendo o trabalho no lar não remunerado e muitas vezes imposto às mulheres, mesmo que elas tenham atividade laboral fora de casa.

Por mais que tenha havido avanços no século XX, foi no século XXI que as famílias se alteraram em composição familiar em relação à sexualidade dos membros da família. Com as novas configurações familiares que emergiram e tiveram visibilidade na sociedade, o Estado teve de responder às demandas,

---

<sup>6</sup> Parentalidade também pode ser definida como “o exercício da função parental, implicando cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde, etc., que se tecem no cotidiano em torno do parentesco” (Ribeiro, Gomes e Moreira, 2015, p.3592)

promovendo direitos e reconhecimentos jurídicos ligados às relações de afeto. Introduziu-se no judiciário o entendimento das novas configurações familiares. No artigo 226, que coloca sobre o reconhecimento da união estável e da dissolução do casamento pelo divórcio.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referente à sociedade conjugal são exercidos igualmente

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

(BRASIL, 1988, online)

Em relação à união de casais homoafetivos, foi reconhecida no Brasil em 05 de maio de 2011, por meio de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão foi baseada na Constituição de 1988 que ampara os princípios de igualdade e dignidade humana, e foi em 2013 que os cartórios de registros civis foram proibidos de se negarem a realizar e celebrar casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo, sendo assim estes casais passam a ter os mesmos direitos e deveres que os casais heterossexuais. Sendo reconhecida a união desses casais, posteriormente surgiram os pedidos de reconhecimento de filhos pelos casais homoafetivos, outra luta travada com relação ao direito de terem a filiação socioafetiva reconhecida no registro civil da criança.

Ainda que a união homoafetiva seja realizada, não existe uma lei que assegure esse direito de fato. Nota-se que é necessária uma luta constante para que casais homoafetivos possam ter suas uniões reconhecidas e, mais do que isso, possam ter filhos reconhecidos legalmente.

Foi possível identificar que, a partir das transformações ocorridas no âmbito da família ao longo dos séculos, vive-se uma era em que os vínculos de afetividade, em muitas situações, se sobrepõem aos vínculos consanguíneos, ao contrário do que eram impostas às famílias anteriormente. Além disso, esses vínculos vêm sendo reconhecidos pelo judiciário, muitas vezes por meio de processos judiciais que buscam o reconhecimento legal da filiação por meio da afetividade, também chamada de socioafetiva<sup>7</sup>. Segundo o ECA, também são exemplos de famílias

---

<sup>7</sup> É o reconhecimento jurídico da maternidade e/ou paternidade com base no afeto, sem que haja vínculo de sangue entre as pessoas, ou seja, quando um homem e/ou uma mulher cria um filho como seu, mesmo não sendo o pai ou mãe biológica da criança ou adolescente. (MPPR, 2022, on-line)

afetivas a família extensa ou ampliada, conforme dispõe em seu artigo 25, parágrafo único,

Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.  
(BRASIL, 1990, online)

Frente a isto, na sequência será discutido sobre a filiação socioafetiva na perspectiva da Lei 10.406/2002.

### 3. A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA: A PERSPECTIVA DA LEI 10.406/2002

Este capítulo pretende apresentar o processo sócio jurídico da filiação socioafetiva a partir do que preconiza a lei 10.406/2002, assim como a análise dos processos investigados no período delimitado. Será discutida á luz do que preconiza o Código Civil brasileiro e a legislação sobre a adoção e sobre o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva.

#### 3.1 DA ADOÇÃO AOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE/MATERNIDADE SOCIOAFETIVA

Dentro dos vários modelos de família, geralmente, se tem a necessidade de ter a presença de filhos, os quais podem ser biológicos ou adotivos. Essa é uma pressão social que recai principalmente sobre as mulheres e suas famílias.

Segundo Galvão e Silva advocacia, 2023, existem quatro tipos de filiação socioafetiva que se diferenciam conforme cada caso, são elas: A afetividade que ocorre segundo processos de adoção, que já foi um assunto de pouco conhecimento e tratado com preconceito, discriminação e até a margem da legalidade. No entanto, atualmente é um assunto melhor entendido e fiscalizado através da legislação brasileira, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do adolescente de 1990.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe com detalhes os direitos da criança e do adolescente, e apontou diretrizes gerais para a implantação da doutrina da proteção integral, como se pode observar em seu artigo 1º, o qual identifica a criança e o adolescente como cidadão, garante a efetivação dos direitos aos mesmos e estabelece a articulação do Estado com a sociedade na operacionalização da política da infância e juventude.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

(BRASIL, 1990, online)



Em relação à adoção, o ECA a regulamenta e estabelece que este procedimento priorize o interesse da criança ou do adolescente, que este possa ter convivência familiar segura e irrevogável, além de garantir ao adotando a condição de filho com os mesmos direitos de filhos biológicos.

Portanto, com a promulgação do ECA, tornou-se possível a regulamentação da adoção, que viabilizou a possibilidade de se ter filhos não só pela via biológica, mas também por meio das vias afetivas de se exercer a maternidade e a paternidade.

Desse modo, para ingressar com uma ação de adoção existem critérios a serem cumpridos e um processo judicial que ocorre seguindo passo a passo o que diz a lei. Todo o processo é acompanhado pelo poder judiciário e fiscalizado pelo Ministério Público. Desde a habilitação de pretendentes até a concretização de uma adoção.

Neste aspecto, o primeiro passo é um processo de habilitação para os pretendentes à adoção que, segundo a resolução N° 289 do CNJ, que dispõe sobre as regulamentações técnicas do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, como se pode observar,

#### I – DA HABILITAÇÃO PARA ADOÇÃO

Art. 1º A inscrição dos pretendentes no SNA será efetuada em ordem cronológica, a partir da data da sentença de habilitação, observando-se, como critério de desempate, a data do ajuizamento do pedido.

Parágrafo único. A data de habilitação será mantida mesmo em caso de mudança de pretendente para outra comarca.

Art. 2º A habilitação do pretendente terá validade de três anos, devendo ser renovada até o seu vencimento.

§ 1º Expirado o prazo mencionado no caput, a habilitação será suspensa por 30 dias, durante os quais o postulante poderá solicitar a renovação.

§ 2º Enquanto suspensa a habilitação, o postulante não será consultado para novas adoções.

§ 3º Decorrido o prazo de 30 dias sem que o pretendente renove sua habilitação, esta será arquivada, com imediata inativação no sistema.

Para ocorrer o processo de adoção, é necessário que antes tenha ocorrido um processo de destituição do poder familiar<sup>8</sup>. Assim que o processo é finalizado e ocorre o trânsito em julgado<sup>9</sup>, os dados da criança são colocados no banco de dados e realiza-se a busca dos pretendentes habilitados que, de acordo com o

---

<sup>8</sup> A destituição é uma medida excepcional realizada pelo Estado após esgotamento de ações protetivas e intervenções para a manutenção da criança na família de origem. (CNJ, 2022, online)

<sup>9</sup> Ocorre o trânsito em julgado quando, contra um acórdão/decisão, não é possível interpor recurso, quer pelo decurso do prazo, quer por esgotados todos os recursos cabíveis. (TJMG, 2022, online)

Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os dados do SNA mostram que, em julho de 2022, 706 homens solteiros estavam habilitados à adoção no Brasil – e também 3.345 mulheres solteiras. Homens solteiros de São Paulo, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Minas Gerais são os que lideram a lista para adoção de crianças abrigadas no país.

Por outro lado, segundo a CNN, o Conselho Nacional de Justiça expõe que no Brasil, em 2022, havia cerca de 3.751 crianças e adolescentes para adoção e um total de 33.046 pretendentes habilitados. Estes números demonstram que a quantidade de crianças é bem menor do que o número de pretendentes.

Neste sentido, observa-se que as dificuldades para que a adoção se concretize ainda remetem à doutrina da situação irregular expressa no Código de Menores, ou seja, trata-se de crianças e adolescentes em geral pobres, negros, com deficiências, muitas delas com idade mais avançada, além de grupo de irmãos, ainda tidos como em “situação irregular”, portanto, fora do perfil do que os pretendentes idealizam. Conforme colocado pelo juiz da, 4º vara de Infância e Juventude da cidade do Rio de Janeiro em entrevista à CNN.

Os pretendentes trazem aquela criança idealizada, é normal, natural. Mas cada vez mais o movimento é mostrar a criança real. A partir de oito anos de idade, já começa a ficar mais difícil da criança ser adotada. Quanto mais a idade avança, mais fica difícil. Também grupos de irmãos, crianças com problemas de saúde. São o que a gente chama de adoções necessárias.  
(CNN, 2022, online)

O segundo tipo de filiação socioafetiva é a sociológica do chamado “filho de criação”. Este tipo de filiação é quando o pai ou mãe exerce a função de criar a criança ou adolescente sem vínculo biológico algum e busca ou não este reconhecimento judicialmente para regularizar esta filiação. Estes casos ocorriam pelo fato de avós ou tios acabarem criando crianças como se fossem suas devido às condições em que estes genitores se encontravam, tal como a pobreza extrema ou até mesmo a drogadição.

O terceiro é a eudemonista quando o reconhecimento é voluntário, este modelo de filiação é quando a pessoa vai livremente ao cartório reconhecer a criança ou adolescente como seu filho, intrínseco ao reconhecimento de paternidade/maternidade socioafetiva, estes casos acontecem com maior frequência entre madrastas/ padrastos e enteados, pois é através desta nova

configuração familiar que os vínculos são gerados e perduram, deixando o desejo tanto dos pais socioafetivos quanto da criança de possuir este reconhecimento, garantindo direitos e deveres para ambas as partes, conforme disposto no artigo 1.609 do Código Civil de 2002:

Tanto a maternidade como a paternidade podem dar-se voluntariamente, através de declaração no termo de nascimento, de escritura pública, de escrito particular, de testamento, ou por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.  
(BRASIL, 2002, online)

O reconhecimento da paternidade/maternidade socioafetiva é um direito previsto e garantido por Lei Federal, além disso, é uma escolha familiar que pode ser adquirida a qualquer momento no decorrer da vida. Vale ressaltar que não é adoção, sendo reconhecida juridicamente, assegura direitos para o filho socioafetivo. Conforme disposto pela Lei Federal 10.406/2002, em seu artigo 1.593 é colocado que o parentesco pode ser consanguíneo ou de outra origem, “Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.”. Quando mencionada esta outra origem, abrem-se precedentes para que o afeto seja considerado, embora este termo não esteja diretamente redigido.

Para que a filiação socioafetiva seja reconhecida juridicamente, o primeiro passo é identificar esta filiação e procurar o judiciário para ingressar com processo mediante advogado. Com o processo instaurado, o juiz determina que a equipe multiprofissional utilize de suas metodologias de trabalho para analisar se o vínculo afetivo é realmente comprovado ou não. A equipe realiza os procedimentos e encaminha ao juiz laudos para servir de instrumental na tomada de decisões.

O último e conseqüentemente mais popular, a adoção à brasileira<sup>10</sup>, a qual, após a implantação da doutrina da proteção integral com a promulgação da Lei 2.848 em seu artigo 242, passou a ser considerada crime, conforme expressa..

Art. 1º - O art. 242 do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:  
“Art. 242 - Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil:  
Pena - reclusão, de dois a seis anos.  
Parágrafo único - Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza:

<sup>10</sup> A “adoção à brasileira” é uma prática muito antiga e consiste em: alguém registra o filho que não é seu. Essa conduta milenar tem origem na época em que era mal visto pela sociedade uma mulher dar à luz uma criança de pai desconhecido. Essas mulheres eram consideradas desonradas e representavam uma séria ameaça aos lares conjugais, pois, segundo as esposas da época, poderiam tentar conquistar os seus maridos. (Cassettari, 2015, p.44)

Pena - detenção, de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena".  
(BRASIL, 1981, online)

Entretanto, mesmo diante de toda a legislação de proteção aos direitos da criança e do adolescente, há resquícios da cultura menorista impregnada no interior da sociedade brasileira que corroboram para viabilizar o exercício da maternidade ou paternidade não biológica como se fosse. Embora a lei garanta que tanto a adoção quanto o reconhecimento da paternidade socioafetiva sejam feitos de forma legalizada, ainda persiste a ocorrência de adoção irregular e perpetuam-se os filhos de criação sem qualquer reconhecimento legítimo. Isso impacta na realidade das crianças acolhidas institucionalmente que aguardam o fim de processos judiciais para terem o direito à convivência familiar garantido, como preconiza o Plano Nacional de convivência familiar e comunitária:

A importância da convivência familiar e comunitária para a criança e ao adolescente está reconhecida na Constituição Federal e no ECA, bem como em outras legislações e normativas nacionais e internacionais. Subjacente a este reconhecimento está a ideia de que a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sócio-cultural e de todo o seu contexto de vida. (BRASIL, 2006, online)

Os requisitos dessa cultura se fazem presentes em todos os modelos citados acima.

Desse modo, para ocorrer de fato o reconhecimento da filiação socioafetiva, é necessário dar entrada com processo judicial. Pai ou mãe socioafetivo deve possuir no mínimo 16 anos mais velho que a criança ou adolescente; deve apresentar documentos de identificação oficial dos envolvidos; não fazer reconhecimento de irmãos ou ascendentes do reconhecido; comprovar vínculo afetivo declarado, podendo ser usadas várias maneiras para ser comprovado, como exemplo (documentos escolares assinados pelo requerente, inscrição das duas partes no mesmo plano de saúde, fotografias, declaração de testemunhas, etc.). (Galvão; Silva, 2023).

Diante do que foi apresentado como referencial teórico para este trabalho, serão analisados adiante os dados coletados junto ao sistema projudi na comarca de Nova Esperança-PR. Os dados coletados serão apresentados por meio de tabelas

contendo a quantidade de processos consultados dentro do período demarcado para este estudo, assim como a classe processual <sup>11</sup>e o juízo.

### 3.2 RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA: ANÁLISE DA REALIDADE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ- FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA.

A pesquisa foi realizada em outubro de 2024, no Foro Regional de Nova Esperança, o período delimitado para consulta aos processos foi desde janeiro de 2020 até julho de 2024. Cabe destacar que a construção do projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso ocorreu durante o ano de 2023 e, em maio de 2024, iniciou-se o processo de orientação do TCC. Quando também foi submetido o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisas envolvendo seres humanos - CEP.

A pesquisa ocorreu através do levantamento documental de processos realizados nas Varas de Família e Infância e Juventude – Seção Cível da comarca de Nova Esperança-PR, com busca no banco de dados do Sistema <sup>12</sup>Projudi. Foram pesquisados os processos cujo objetivo foi identificar exemplos das multi parentalidades no período referenciado acima e que apresentamos abaixo em três tabelas, as quais representam: processo de adoção, processos de adoção negados e processos de reconhecimento de parentalidade socioafetiva.

Nas respectivas tabelas, foram elencados o juízo, classe processual e quantidade de processos. Foram excluídos e inutilizados dados que pudessem quebrar o sigilo da pesquisa e analisados 17 processos, que equivalem a 100% dos selecionados conforme as delimitações desenvolvidas, como se pode ver a seguir.

---

<sup>11</sup> A classe processual se refere ao procedimento adotado na esfera judicial ou administrativa para atender ao pedido. O assunto processual se refere à matéria ou aos temas discutidos nos processos. (TJES, 2013, online)

<sup>12</sup> O Projudi é um programa de computador que pode ser utilizado através da Internet e permite a completa substituição do papel por autos processuais digitais. O funcionamento do Projudi é bastante simples e seguro. Os principais objetivos do Projudi são agilizar a Justiça; diminuir custos; aumentar a capacidade de processamento de ações; facilitar o trabalho dos advogados e; melhorar a qualidade do atendimento as partes. (TJAM, 2022, online)

Tabela 1 – Processos de Adoção

Juízo	Classe Processual	Quantidade
Vara de Infância e da Juventude- Seção Cível	Adoção c/ Destituição do Poder Familiar	5
Vara de Infância e da Juventude- Seção Cível	Adoção	5
Vara de Infância e da Juventude- Seção Cível	Adoção por entrega voluntária	1

Fonte: elaborado pelas autoras

Nesta tabela estão demonstrados dados de 11 processos, os quais foram analisados em três classes processuais diferentes. Percebe-se que a maioria das adoções ocorreu sem que o poder familiar fosse entregue à justiça. Isso significa que essas crianças passaram por um processo denominado destituição do poder familiar concomitante ao processo de adoção. Os processos de destituição do poder familiar são às vezes morosos e se estendem devido à condição de vulnerabilidade das famílias que não podem ser superadas para que as crianças retornem ao convívio familiar.

Processos que envolvem destituição do poder familiar estão relacionados com abandono, negligência ou violência intrafamiliar, pois são através dessas formas de violência que se iniciam as medidas de proteção e as destituições. Ainda no início da aplicação de uma medida de proteção, devem ser esgotadas as alternativas de promoção da família em todos os sentidos, porém nem sempre essa tarefa obtém êxito por diversos fatores, como extrema vulnerabilidade, uso abusivo de substâncias, violência intrafamiliar. Por outro lado, temos também a falta de acesso a políticas públicas de qualidade, a visível falta de investimento do poder público nas ações preventivas anteriores à aplicação de uma medida drástica como o afastamento do convívio da família de origem.

Os processos de adoção c/ destituição do poder familiar indicam que esta modalidade ocorreu concomitante ao processo de adoção. Nestes casos, a criança ou adolescente provavelmente iniciou uma convivência com a família adotiva antes

de findar a destituição do poder familiar. Essa modalidade de adoção torna - se arriscada pelo fato de ocorrer disputa judicial entre a família de origem e a pretensa família adotante. Por um lado, reduz o tempo de acolhimento institucional da criança e, por outro, corre - se o risco de a família de origem não perder o poder familiar e a criança já estar vinculada afetivamente com outra família. Esta é uma situação extremamente controversa dentro da justiça, pois na tentativa de garantia de direitos da criança e do adolescente são às vezes violados os direitos da família no decorrer desse processo.

Há divergências de pensamentos sobre o assunto dentro do próprio Tribunal de Justiça. Tem juízes que ainda fazem essa modalidade com os dois processos tramitando ao mesmo tempo, e outros que primeiro finalizam a destituição para depois iniciar o processo de adoção, seguindo a ordem dos procedimentos previstos no ECA. A desvantagem desse exemplo é na maioria das vezes o prolongamento do tempo de acolhimento institucional até todo o trânsito em julgado do processo.

Casos em que a destituição ocorre simultaneamente as adoções tendem a perdurar e gerar consequências para a adoção, tendo em vista que, se o processo de destituição do poder familiar não foi finalizado, as partes podem continuar se manifestando e recorrendo das decisões. Essa situação gera uma tensão entre a família adotiva e a família de origem que pode refletir negativamente na criança ou adolescente.

Quando uma criança que ainda não foi destituída do poder familiar é inserida na adoção, tem a probabilidade de se ter dificuldades de finalizar o processo, ou até mesmo os pais adotivos terem que enfrentar uma luta na justiça para ser finalizado. É válido destacar que nesta comarca, desde 2023, ocorreram mais processos simultâneos de adoção com destituição. E é nesse contexto que muitas vezes são desenvolvidos os vínculos afetivos.

O processo de adoção por entrega voluntária é a modalidade que substitui a roda dos expostos, ou seja, é a forma legalizada de se entregar uma criança para adoção. Esta modalidade trouxe segurança e qualidade para as políticas públicas, pois a manifestação livre da mulher que deseja entregar a criança para adoção é feita diretamente para o poder judiciário e acompanhada por equipe multiprofissional em todas as etapas. Estas etapas estão disponíveis no Manual de Entrega Voluntária.

Entretanto, ainda é pouco realizado devido ao estigma que as mulheres sofrem ao entregarem os filhos para adoção. A entrega voluntária para a justiça ocorre na minoria dos casos, conforme demonstrou a pesquisa. No ano de 2024, o Foro Regional de Nova Esperança-PR teve o primeiro caso de entrega voluntária registrado, mesmo tendo atuação de equipe multiprofissional desde 2012.

O pouco conhecimento por parte dos equipamentos públicos e da sociedade em geral sobre a temática, não sabendo lidar e fazer o correto em casos em que as gestantes expressam este desejo faz com que a entrega ilegal seja mais comum, perpetuando assim a cultura daquele período da entrega de crianças nas rodas dos expostos. Além disso, para que essa entrega ocorra, é necessária a livre manifestação da mulher em buscar o judiciário, ela não pode de forma alguma ser orientada ou coagida a realizar a entrega. E essa iniciativa é permeada por medo e insegurança de “enfrentar” um juiz para realizar a entrega segura de um bebê.

Nesse sentido, questiona-se até que ponto a adoção por entrega voluntária atende à doutrina da proteção integral conforme estabelece o ECA? Se naquele período ocorria a entrega sem legalização, como apontada no início deste trabalho, hoje se tem a legalização dessas práticas, porém não a sua legitimidade. Como no passado, muitas crianças ainda ficam no aguardo das decisões dos responsáveis pelas instituições definirem seus destinos. Várias outras permanecem nas instituições, sem jamais ter a chance de ter uma família por não se encaixarem nos perfis pré-estabelecidos por pretendentes à adoção.

Frente a esses dados, nota-se ainda que o processo de desenvolvimento da sociedade não foi capaz de substituir a cultura daquele período histórico em que prevaleceu a entrega de crianças para a roda dos expostos.

Portanto, nota-se que as mulheres ainda sofrem preconceito com relação à entrega de um filho e por isso muitas vezes fazem de forma ilegal. A população em geral ainda tem posicionamentos e entendimentos de que a mulher sempre é a culpada e está errada. Os julgamentos que esta mulher acaba recebendo por entregar ou até mesmo por pensar em entregar um filho para adoção são inúmeros, além das ameaças que podem receber, como exemplo o caso da atriz Klara Castanho que repercutiu nacionalmente no ano de 2022. Klara foi vítima de um estupro e desenvolveu uma gravidez não desejada. Ainda durante a gestação, optou pelo sigilo da situação e fez a entrega de forma legalizada. Porém, o hospital vazou suas informações para a mídia, causando um transtorno na vida da jovem que



simplesmente exerceu o seu direito como mulher, totalmente previsto em lei. Por isso, é muito importante os órgãos que compõem os serviços públicos estarem sempre preparados para saberem lidar com situações como estas e a garantia do sigilo nesses processos são fundamentais.

Nos processos de adoção, a vinculação entre os pretendentes e as crianças ou adolescentes se dá por meio da afetividade, tendo em vista que o vínculo biológico é inexistente. Sendo assim, as aproximações são gradativas até o início do estágio de convivência. Essa afetividade não existe a priori, ela precisa ser construída com o auxílio e acompanhamento das equipes técnicas que atuam na infância e juventude. Sendo assim, as aproximações são gradativas até o início do estágio de convivência. Após esse estágio, avalia-se se esta família está preparada para concretizar a adoção e, para isso, novos laudos são encaminhados para o juiz para subsidiar a sentença final.

Tabela 2 – Processos de Adoção Negados

Juízo	Classe Processual	Quantidade
Vara de Infância e da Juventude- Seção Cível	Adoção	1

Fonte: elaborado pelas autoras

A tabela acima se refere a processos de adoção negados no período delimitado para a pesquisa. Como se pode observar, constatou-se a negação de um processo devido ao fato do requerente ser avô da criança, embora o ECA traga no artigo 42, parágrafo 1º, que não é absoluta a decisão sobre este assunto. Para ser aceita uma adoção por avós, são necessários alguns requisitos, como os avós exercerem com exclusividade funções de pai e mãe, a criança ou adolescente reconhecer os avós como pais e os genitores como irmãos e até mesmo que a adoção não seja uma pretensão que envolva motivos ilegítimos como interesses econômicos.

Neste sentido, nesse caso específico, por meio de entrevistas com os familiares e da produção de laudos psicológicos e sociais as técnicas observaram que alguns quesitos mínimos para se caracterizar adoção como os citados

anteriormente não foram contemplados, como exemplo, a criança não reconhecer o avô como pai, residir com a genitora e reconhecer ela como mãe, outro fato importante destacado pelas equipes técnicas que nas entrevistas realizadas com as partes o real interesse dessa adoção seria para que a criança ingressasse com maior facilidade em país estrangeiro, sendo esta a real intenção de conceber a adoção, o Juiz entendeu e procedeu o processo como improcedente e em sua decisão referenciou e justificou que uma adoção não pode servir como instrumento para burlar o ingresso de crianças em países estrangeiros.

Observa-se um desconhecimento da sociedade sobre o que de fato é um processo de adoção e quais são suas finalidades. A adoção já foi e continua sendo tratada como preconceito e estigmas, e atualmente até mesmo como um desconhecido. Infelizmente, a falta de informação leva a situações irregulares de crianças e adolescentes com seus familiares. Tal fato retoma as antigas percepções sobre a infância como objeto da vontade da família e também do próprio judiciário. Hoje, o aparato legal relacionado à convivência familiar e comunitária e relativo aos direitos de criança e adolescente impedem ou pelo menos tentam impedir que esses arranjos familiares aconteçam sem o aval da justiça.

Tabela 3 – Processos de Reconhecimento de Paternidade Socioafetiva

Juízo	Classe Processual	Quantidade
<b>Vara de Família e sucessões</b>	Reconhecimento de Paternidade/ Maternidade	5

Fonte: elaborado pelas autoras

Ao consultar os autos, identificaram-se cinco processos de reconhecimento da paternidade socioafetiva. Importante salientar que dentre os cinco processos identificados, constatou-se que não houve processos de reconhecimento de maternidade socioafetiva, ponto que intriga e pode ser objeto de uma futura pesquisa. A paternidade ficou evidente nos autos pesquisados por ser mais comum em outra união após desfeito o casamento. A hipótese apresentada é que geralmente os homens estabelecem vínculos de afeto com os filhos biológicos de suas parceiras e buscam o judiciário para legalizar essa situação. Outra hipótese é de que o abandono paterno é muito mais frequente do que o materno, conservando resquícios daquele período histórico em que filhos fora do casamento eram bastardos, portanto estavam destinados ao abandono.

Ao contrário da adoção, o pedido de reconhecimento de paternidade vem depois do vínculo afetivo já formado e consolidado, ou seja, após longo período de convivência, as crianças ou adolescentes e seus pais sentem a necessidade desse reconhecimento legal e buscam a justiça para isso. Com o processo já instaurado, é solicitado ao juiz um estudo feito por equipe multiprofissional a fim de verificar de fato a existência dos vínculos socioafetivos ou a própria inexistência de vínculos com o familiar biológico. A análise aprofundada dessa realidade, é o que dá subsídio ao juiz para a tomada de decisão sobre o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva.

## 4 CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso cujo objetivo geral era analisar o processo de filiação socioafetiva no Tribunal de Justiça do Paraná Foro Regional de Nova Esperança, tendo como base a Lei 10.406/2002. Além disso, dos objetivos específicos, os quais eram compreender a gênese da família e suas transformações no processo histórico até o período contemporâneo, desdobrou - se no primeiro capítulo, o qual trouxe notas introdutórias acerca da gênese da família perpassando por pontos importantes da história da família como a construção do patriarcado, empoderamento das mulheres através do uso das pílulas anticoncepcionais e o reconhecimento das uniões estáveis de casais homossexuais.

O segundo objetivo específico estabelecido conforme o projeto de pesquisa foi a Identificação das multi parentalidades nos processos estudados no período de janeiro de 2020 a julho de 2024. Com a delimitação de período, classe processual e juízo foram analisados e expostos no capítulo dois por meio de três tabelas de forma que a análise evidenciasse as múltiplas formas de famílias socioafetivas, ou seja, que tenham o afeto como ponto central. No estudo destes processos selecionados, foi possível verificar que existem diversas configurações familiares conforme observadas nas iniciais dos processos, além de laudos sociais da equipe técnica. Dados mais específicos não foram inseridos nas tabelas para assegurar o sigilo ético da pesquisa.

Outro objetivo específico era estudar o processo sócio jurídico da filiação socioafetiva a partir da Lei 10.406/2002, que no decorrer do capítulo dois vai se respondendo enquanto são esclarecidos requisitos para se iniciar um processo de reconhecimento socioafetivo e adoção, além de colocar alguns passos desta etapa, como o estágio de convivência, por exemplo, conforme dados trazidos de pesquisas do ECA e do CNJ. Fato importante trazido na tabela 1 são os casos de adoção com destituição do poder familiar que ocorriam até o início de 2023, os quais demonstram que um processo de adoção só deve se iniciar quando o de destituição do poder familiar se encerrar, pois diminuem as chances de erro e seguem um trâmite legal na forma em que preconizam as leis vigentes.

Havia a hipótese do desconhecimento da legalização da paternidade/maternidade socioafetiva, que se comprova medida em que na tabela 3 apresenta - se irrelevante a quantidade de processos desta classe processual. Após

a análise, outro ponto que sinaliza para outro objeto de investigação é o fato de não terem processos de maternidade socioafetiva sendo analisados, apenas processos de paternidade, o que demonstra que existe ainda mais desconhecimento de processos com esta demanda. Outras hipóteses são criadas para este objeto e devem ser fruto de uma próxima pesquisa.

Portanto, com esta pesquisa, foi possível concluir que a filiação socioafetiva é um tema pouco estudado e ainda muito controverso na sociedade, pois mistura elementos que envolvem afetividade com procedimentos legais previstos em lei que regulamentam o estado de filiação.

A filiação é um direito de crianças e adolescentes de serem reconhecidas como filhos para garantia dos princípios fundamentais previstos na Constituição e no estatuto da criança e adolescente. Percebe-se também a filiação socioafetiva como uma possibilidade de regulamentação de vínculos afetivos já existentes ou a possibilidade de criação de vínculos, como nos casos de adoção.

A falta de informação é um fator relevante nessa temática. Muitos casos em que essa filiação não é reconhecida legalmente e até mesmo as adoções irregulares que acabam retornando ao judiciário para regularização ou devido a conflitos familiares.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 abril. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 3.071**, de janeiro de 1916, Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, 1916. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm). Acesso em: 05 dez. 2024

BRASIL. **Lei Nº 6.515**, de dezembro de 1977, Capítulo I, da dissolução da sociedade conjugal, art 2º, 1977. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6515.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm). Acesso em: 04 dez. 2024

BRASIL, **Lei Nº 6.898**, de março de 1981, altera o art. 242 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1980-1988/L6898.htm#art242](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L6898.htm#art242). Acesso em: 04 dez. 2024

BRASIL, **Lei Nº 10.406**, de janeiro de 2002, Institui o Código Civil, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em: 05 dez. 2024

BRASIL, **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, p.29, 2006.

CNN BRASIL; **Quase 70% das crianças aptas para adoção tem mais de oito anos**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-70-das-criancas-aptas-para-adocao-tem-mais-de-oito-anos/> Acesso em: 25 de nov. 2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Mais de 27 mil crianças foram destituídas da família para acolhimento e adoção**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/mais-de-27-mil-criancas-foram-destituídas-da-familia-para-acolhimento-e-adocao/#:~:text=A%20destitui%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20uma%20medida,crian%C3%A7a%20na%20fam%C3%ADlia%20de%20origem>. Acesso em: 20 de nov. 2024

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GALVÃO,

Caio de Souza; SILVA, Daniel Ângelo Luiz da. **Filiação Socioafetiva: O que é, Seus Tipos e Requisitos**. Jus Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/filiacao-socioafetiva-o-que-e-seus-tipos-e-requisitos/1730703502/amp>. Acesso em: 14 dez. 2023

GOIS, Dalva Azevedo de; OLIVEIRA, Rita de Cassia Silva. **Serviço Social na justiça de família: demandas contemporâneas do exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2019. Disponível em: <https://mppr.mp.br/print/pdf/node/1058>. Acesso em: 05 dez. 2023

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Mulheres, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, p. 22, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ; **Direito de família: Filiação socioafetiva**. 2022. Disponível em: <https://mppr.mp.br/print/pdf/node/1058>. Acesso em: 05 dez. 2023

RIBEIRO, Cláudia Regina; GOMES, Romeu; MOREIRA, Martha Cristina Nunes. A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 11, p. 3592, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qxzxVJzFT4j4hPn9LfX7yGc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2024

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009

SILVA, Fabricio Pereira da. Novas Parentalidades e proteção à Infância. *In*: COSTA, Francisco Pereira. **A reinvenção das parentalidades: compreensões sobre família e vínculos parentais na agenda pública**. Porto Alegre: Nova Práxis, 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS (TJAM). **Sobre o Projudi**. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/sobre-projudi/menu-projudi>. Acesso em: 15 nov. 2024

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO (TJES). **Manual de tabelas unificadas para o usuário externo**. Disponível em: [https://www.tjes.jus.br/PDF/Manual\\_TabUnif\\_Usuario\\_Externo.pdf](https://www.tjes.jus.br/PDF/Manual_TabUnif_Usuario_Externo.pdf). Acesso em: 01 nov. 2024

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (TJMG). **Manual de normas e procedimentos-Trânsito em julgado**. Disponível em: [https://www8.tjmg.jus.br/institucional/estrutura\\_organizacional/manuais\\_internos/Manual-de-normas-e-procedimentos-Criminal/127Transitoemjulgado.html](https://www8.tjmg.jus.br/institucional/estrutura_organizacional/manuais_internos/Manual-de-normas-e-procedimentos-Criminal/127Transitoemjulgado.html). Acesso em: 18 de nov. 2024

## ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS (CEP)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
PARANÁ - UNESPAR



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O processo de filiação socioafetiva no Tribunal de Justiça do Paraná - Foro Regional de Nova Esperança a partir da Lei 10.406/2002

**Pesquisador:** TEONE MARIA RIOS DE SOUZA RODRIGUES ASSUNCAO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 79982724.5.0000.9247

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Paraná

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.878.119

#### Apresentação do Projeto:

Foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2348498.pdf, de 22/05/2024): RESUMO, HIPÓTESE, METODOLOGIA.

O projeto de pesquisa tem como objeto a filiação sócio afetiva descrita no Código Civil Lei 10.406/2002 art. 1.593. O objetivo é analisar o processo de filiação socioafetiva no Tribunal de Justiça do Paraná - Foro Regional de Nova Esperança, tendo como base a Lei 10.406/2002. É uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa a ser realizada através de referenciais bibliográficos e documentais.

**Hipótese:**

O desconhecimento da legalização da filiação socioafetiva.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Secundário:**

- 1-Compreender a gênese da família e suas transformações no processo histórico até o período contemporâneo;
- 2- Identificar as multi parentalidades nos processos estudados no período de 2020 a 2024;

**Endereço:** Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

**Bairro:** Jardim Morumbi

**CEP:** 87.703-000

**UF:** PR

**Município:** PARANAVAI

**Telefone:** (44)99973-4064

**Fax:** (44)3141-4334

**E-mail:** cep@unespar.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.876.119

3- Estudar o processo sócio jurídico da filiação socioafetiva a partir da lei 10.406/2002.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

A pesquisa na parte documental de dados será feita através de levantamentos de processos via Projudi - Processo Judicial Digital, no qual os processos podem estar em mínimo, médio e alto grau de sigilo. Vale ressaltar que não serão expostos dados de identificação dos envolvidos e nem dados de perfil, a Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos CEP UNESPAR pesquisa será através de levantamento geral de quantificação dos processos que ocorreram no período janeiro de 2020 a junho de 2024, entretanto, por se tratar de processos sigilosos não se descarta certos riscos

**Benefícios:**

Por se tratar de uma temática pouco explorada, pode se elencar como benefícios a produção do conhecimento voltado ao objeto em questão que além de beneficiar a instituição campo de pesquisa, poderá servir como ponto de partida para novos estudos e maior qualidade no desenvolvimento de ações na área sócio jurídica, além de proporcionar a pesquisadora a formação crítica e ética acerca do tema a ser investigado

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa em fontes de dados secundária e propõe dispensa de TCLE. O cronograma está adequado. Será realizado na cidade de Nova Esperança, no estado do Paraná.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O termo de ciência pelo campo de estudo está devidamente assinado pelo juiz de direito e autoriza as pesquisadoras para ter acesso ao Tribunal de Justiça do Paraná, foro de Nova Esperança e o acesso ao sistema de Processo Judicial Digital.

As pesquisadoras apresentam o termo de compromisso de utilização de dados e confidencialidade.

**Recomendações:**

Vide Campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não foi encontrado óbice ético no protocolo de pesquisa apresentado.

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20  
 Bairro: Jardim Morumbi CEP: 87.703-000  
 UF: PR Município: PARANAVAI  
 Telefone: (44)99973-4064 Fax: (44)3141-4334 E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.878.119

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório", para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/16, art. 28, item V.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2348498.pdf	22/05/2024 09:29:36		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	22/05/2024 09:29:02	TEONE MARIA RIOS DE SOUZA RODRIGUES ASSUNCAO	Aceito
Outros	TERMODECIENCIA.pdf	22/05/2024 01:45:42	TEONE MARIA RIOS DE SOUZA RODRIGUES ASSUNCAO	Aceito
Outros	TERMODECOMPROMISSODEUTILIZACAODEDADOS.pdf	22/05/2024 01:39:46	TEONE MARIA RIOS DE SOUZA RODRIGUES ASSUNCAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	SOLICITACAODEDISPENSADEUSDOTERMODECONSENTIMENTOLIVREESCLARECIDOTCLE.pdf	22/05/2024 01:32:33	TEONE MARIA RIOS DE SOUZA RODRIGUES ASSUNCAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	22/05/2024 01:31:23	TEONE MARIA RIOS DE SOUZA RODRIGUES ASSUNCAO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Av: Gabriel Esperidião s/n sala 20  
 Bairro: Jardim Morumbi CEP: 87.703-000  
 UF: PR Município: PARANAVAI  
 Telefone: (44)99973-4064 Fax: (44)3141-4334 E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.878.119

PARANAVAI, 10 de Junho de 2024

---

Assinado por:  
**Willian Augusto de Melo**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Gabriel Esperidião s/n sala 20  
**Bairro:** Jardim Morumbi **CEP:** 87.703-000  
**UF:** PR **Município:** PARANAVAI  
**Telefone:** (44)99973-4064 **Fax:** (44)3141-4334 **E-mail:** cep@unespar.edu.br